

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Luiz Pannutti Carra (T)
AEAAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
AEAP	Maurício Magossi (T)
ANA	Gonzalo Álvaro Vázquez (T) Gaetan Serge Jean Dubois (S)
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (T)
	Amanda Alves de Lima (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
CATI	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
	Bianca Caroline Alves Leite (S)
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini (T)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
P.M de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Danielle França Nery (T)
P.M de Jundiá	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M de Louveira	Alan Del Rosso (S)
P.M de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (T)
SAA	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
	Silvia Telles (S)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
	Luciana Carla Ferreira de Souza (S)
SABESP	Amanda dos Reis Teixeira (S)
	Aurildo Xavier dos Santos (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Amanda Alves de Lima (S)

	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelien Leite Reis (S)
SEMAE	João Carlos Marconatto (T)
	Dalva Bueno de Camargo (S)
	Natassia Bonini Vidas (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar (T)
	Sarah Janaína Menuzzo Quental (S)
UNICA	Bartira Elia (S)

Membros ausentes	
Entidade	
AESabesp	
Cetesb	
SEMIL	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Fundação Agência PCJ	Camila Souza
	Carolina Silva
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Leo
	Kaique Barretto
	Kátia Maria Sampaio
	Laice Correa
	Luclecia Soares
	Mariane Amuy
	Nathalia Corá
	Raquel Quirino
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
P.M de Indaiatuba	Karol Monaro
SANASA	Adriana A. R. V. Isenburg
SEMAE Piracicaba (JVPCJ)	Leonardo Takuno
Terranova Barretos LTDA	Edson Marcondes

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2026, realizou-se por videoconferência na plataforma do *Google Meet*,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

a 116ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 21 de maio de 2026. **2. Abertura da 116ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C) e da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora da CT-PB, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes:** Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **3.1. da Coordenação:** informou que a coordenação da CT-PB não teria informes para esta reunião. **3.2. dos Membros:** A Sra. Raquel questionou os membros sobre os informes. Na sequência, o Sr. Flávio Forti Stenico, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ) informou que a implantação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Ribeirão Piraí integra as ações prioritárias do Plano das Bacias PCJ, especialmente no âmbito do Caderno de Garantia do Suprimento Hídrico. Explicou que o Consórcio PCJ vem promovendo ações para aproximar os membros dos Comitês PCJ, organismos gestores, representantes de prefeituras e serviços de abastecimento das informações relacionadas ao cronograma e à execução desses empreendimentos, por meio da realização de visitas técnicas. Relatou que foi realizada visita técnica às obras da barragem de Pedreira no final do ano de 2025 e recentemente, entre o final de abril/2026, visita às obras da barragem de Duas Pontes, com apoio da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), ocasião em que uma comitiva de representantes das Bacias PCJ pode conhecer as estruturas, o andamento das obras e as previsões para sua conclusão. Comentou que está prevista, para o mês de junho, visita técnica às obras da barragem do Ribeirão Piraí, na região de Salto, Itu e Indaiatuba, com apoio da Sras. Vanessa Kuhl, representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Indaiatuba e Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí (CONIRPI); e Karoline Monaro, representante da Prefeitura Municipal de Indaiatuba (P.M de Indaiatuba)

na articulação da atividade. Destacou que as visitas têm como objetivo atualizar os membros quanto à execução dos empreendimentos. Ressaltou que, durante as visitas realizadas, foi apresentado o andamento das obras e divulgado material informativo sobre a barragem de Duas Pontes. Quanto aos cronogramas, relatou que a barragem de Duas Pontes se encontra em estágio mais avançado, com previsão de conclusão entre os meses de agosto e setembro, enquanto a barragem de Pedreira deverá ser concluída até o final de dezembro/2026. Informou que a SP Águas já vem conduzindo os procedimentos necessários para atendimento das exigências ambientais relacionadas ao enchimento das barragens. Embora as obras estejam previstas para serem concluídas ainda este ano, será necessária a obtenção das autorizações ambientais para viabilizar o início do enchimento das barragens, previsto para ocorrer a partir da metade do próximo ano. **3.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ:** a) O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou sobre o andamento da revisão do Plano de Bacias. Destacou que, no início do mês, foi aberto o processo licitatório para contratação da revisão do plano. Esclareceu que o Termo de Referência (TR) corresponde ao documento previamente discutido junto à CT-PB. A licitação será conduzida na modalidade técnica e preço, destacando que a adoção desse modelo busca assegurar maior qualidade técnica aos serviços a serem executados, embora envolva procedimento mais complexo. Nesse sentido, relatou a realização de sessão pública de esclarecimentos acerca do Sistema de Suporte à Decisão das Bacias PCJ (SSD PCJ), destinada às empresas interessadas no certame, com o objetivo de apresentar as ferramentas, modelos e metodologias previstos para utilização no processo de revisão do Plano de Bacias, subsidiando a elaboração das propostas comerciais pelas empresas participantes. Informou que o edital prevê a participação de empresas ou consórcios, considerando a dimensão e complexidade dos serviços a serem contratados. Explicou que o edital segue normativos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a abertura das propostas está prevista para o dia 12 de junho, permanecendo até essa data, o período destinado a esclarecimentos e questionamentos por parte

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

dos interessados. Ressaltou a expectativa de conclusão do processo licitatório no segundo semestre, possibilitando o início da revisão do Plano de Bacias. O valor estimado para contratação é da ordem de R\$ 3,3 milhões, em conformidade com o planejamento. Destacou que as informações relativas ao certame estão disponíveis no portal de transparência da Fundação Agência PCJ. Ressaltou que a CT-PB deverá intensificar as discussões relacionadas à revisão do Plano de Bacias ao longo do segundo semestre; **b)** O Sr. Eduardo Léo informou que a CSI recebeu orientações da Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi) para acesso aos dados e regularização dos Relatórios de Situação pendentes. Esclareceu que a equipe está organizando internamente a condução dessa atividade, considerando as demais prioridades em andamento. Comentou que a expectativa é apresentar à CT-PB, em breve, as versões definitivas dos relatórios; **C)** Na sequência, o Sr. Eduardo Léo informou sobre a realização da capacitação promovida junto ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GT-Acompanhamento). Destacou que foi atingido o número mínimo de participantes exigido pela ANA para cumprimento da meta contratual. Agradeceu aos participantes e destacou a colaboração da Sras. Ana Paula Montenegro Generino, representante da ANA, e da Júlia Nunes, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Ressaltou a qualidade técnica da atividade e enfatizou a importância da mobilização contínua dos membros para participação nas futuras capacitações, especialmente em razão da relevância do tema. Em seguida, o Sr. Gonzalo Vazquez, representante da ANA questionou se a adesão ao [Programa IntegraBacias](#) gerou impactos significativos no Termo de Referência (TR) ou no processo de revisão do Plano de Bacias PCJ. Mencionou as discussões anteriormente realizadas sobre o alinhamento entre o TR elaborado pela Fundação Agência PCJ e as diretrizes do Integra Bacias. Questionou se, após a formalização da adesão e a publicação do edital, houve necessidade de ajustes ou revisões no conteúdo inicialmente previsto. Ressaltou que a adesão ocorreu de forma não integral, considerando que a contratação da revisão do Plano de Bacias PCJ permanece sendo financiada diretamente pela própria Agência PCJ, diferentemente do modelo adotado nas demais bacias participantes. Nesse sentido,

o Sr. Eduardo Léo esclareceu que o edital do Plano de Bacias foi publicado antes da finalização do TR do Programa IntegraBacias. Informou que houve alinhamento prévio junto à SP Águas e à DRHi, visando evitar conflitos entre os conteúdos e diretrizes dos respectivos planos. Acrescentou que o material preliminar disponibilizado pelo programa não apresentou incompatibilidades relevantes em relação ao processo conduzido pela Fundação Agência PCJ. Destacou que haverá necessidade de coordenação entre as agendas e atividades previstas nos dois processos, especialmente quanto às discussões relacionadas à vertente paulista das Bacias PCJ. Comentou que recentemente foi publicado o roteiro orientativo estadual para elaboração dos planos de bacias. Ressaltou que, embora o edital da Fundação Agência PCJ já estivesse em andamento, não foram identificados conflitos significativos entre os documentos orientadores. Complementando, a Sra. Raquel Metzner informou que a coordenação da CT-PB buscou contato com a equipe responsável pelo Programa IntegraBacias para participação na presente reunião, com o objetivo de apresentação do programa aos membros da CT. Nesse sentido, em razão de reorganizações internas na equipe responsável, não foi possível viabilizar a participação na reunião. Assim, o tema deverá ser incluído em pauta futura da CT-PB, havendo disponibilidade da equipe responsável. **3.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Nathalia Teles da Silva Corá, da equipe de apoio da SE/PCJ iniciou os informes: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: **i. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP):** inclusão da Sras. Caroline Ferreira dos Santos e Amanda dos Reis Teixeira para representantes suplentes. E a remoção das Sras. Dirlene Palma Gomes, Karen Eloise de Oliveira Matos, Sonia Maria Mitri e do Sr. Paulo Levy de Souza Rodrigues; **ii. P.M de Indaiatuba:** inclusão da Sra. Victoria Bortoluci como representante suplente; **iii. Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL):** inclusão da Sra. Nilceia Franchi para representante suplente. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

PB, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Próximas reuniões da CT-PB:** informou as próximas reunião da CT-PB do 2º semestre de 2025, disponível na [agenda](#) da CT-PB no site dos Comitês PCJ.

4. Aprovação da minuta de Ata da reunião anterior:

A Sra. Raquel informou que a minuta da ata da 115ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 24/03/2026 por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Apresentação sobre Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: Critérios e metas - SE/PCJ:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Raquel Quirino, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, explicou que sua fala tinha como objetivo apresentar os critérios e metas anuais de capacitação dos membros. Trouxe uma breve contextualização sobre o papel dos Comitês PCJ e sobre a relevância da capacitação, destacando a importância do preparo contínuo diante da diversidade e complexidade dos temas tratados nas Câmaras Técnicas, visando qualificar a participação, reduzir assimetrias de conhecimento, fortalecer o embasamento técnico das decisões e possibilitar a integração entre teoria e a prática. A institucionalização do tema se dá com a aprovação e implementação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, instrumento orientador das ações de capacitação, elaborado em 2021, inicialmente para atender a uma exigência do Programa Nacional de Fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O plano possui um horizonte de atuação de 5 anos, cuja versão mais recente foi aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25](#), com vigência até 2030. Além de estar alinhado com instrumentos internos como Plano de Bacias e a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, o plano também atende aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que estabelece a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de

Energia Elétrica (CFURH). Ressaltou que a capacitação corresponde a 25% da pontuação dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos, sendo necessário capacitar mais de 50% dos membros anualmente para obtenção da pontuação máxima. Com relação aos cursos, orientou que sejam realizados dentro das temáticas de meio ambiente e recursos hídricos, dentro do ano vigente (2026), incluindo cursos técnicos, especializações, cursos online e participação em eventos, palestras e workshops, independentemente de serem promovidos ou não pelos Comitês PCJ. Citou como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), bem como o portal de capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cujo catálogo de cursos está incorporado à plataforma da Escola Virtual de Governo ([EV.G](#)). Destacou que o processo de capacitação é contínuo, ocorrendo também no âmbito das reuniões das Câmaras Técnicas, plenárias e grupos de trabalho. Complementarmente, orientou que os certificados devem ser encaminhados ao [e-mail](#) da Secretaria Executiva, sendo fundamentais para o registro e acompanhamento das metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, bem como do indicador 2 previsto na Deliberação CRH nº 248/2021. Por fim, reforçou o papel dos membros na busca por formação contínua e no envio dos comprovantes, contribuindo diretamente para o desempenho institucional dos Comitês PCJ e para a ampliação do acesso aos recursos financeiros. **6. Plano Campinas 2030 - Programa de Segurança Hídrica para Campinas:** A Sra. Adriana Isenburg, representante da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), apresentou o Plano Campinas 2030 e a sua integração com o Plano das Bacias PCJ e os Planos Municipais de Saneamento Básico. Esclareceu que a articulação entre esses instrumentos busca garantir coerência entre metas regionais e municipais, de forma a orientar a execução das ações na gestão dos recursos hídricos. Contextualizou que o município de Campinas está localizado na Região Metropolitana de Campinas, composta por 20 municípios e com aproximadamente 1,2 milhão de habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacou a relevância de Campinas na Bacia PCJ e a importância dos rios Jaguari, Atibaia, Capivari e Quilombo para o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

abastecimento. Apresentou o Sistema Cantareira e sua relação com a Região Metropolitana de São Paulo. Relembrou a crise hídrica de 2014/2015 e seus impactos, os quais motivaram o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da segurança hídrica e da resiliência dos sistemas de abastecimento. Em relação ao Plano das Bacias PCJ ([link](#)), destacou a importância dos cinco cadernos temáticos ([link](#)) e do relatório síntese como instrumentos de referência para o acompanhamento do sistema, das ações e das metas. Reforçou a necessidade de integração entre o planejamento regional e o municipal como condição para a coerência das metas e a efetividade das ações na gestão dos recursos hídricos. Ressaltou que o plano estabelece horizonte até 2033, com metas de abastecimento de 99,96% até 2028 e 100% até 2033, redução do índice de perdas para cerca de 15% e universalização do esgotamento sanitário. Informou que Campinas apresenta atualmente cerca de 99,95% de abastecimento, 97,14% de coleta e 94,3% de tratamento. Ressaltou a importância da remoção de nitrogênio e fósforo na recuperação dos corpos hídricos. Apresentou o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado em 2013 e em revisão desde 2024. Destacou a integração com os demais instrumentos de planejamento e o acompanhamento anual das metas nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. No sistema operacional de abastecimento, informou que a captação de água ocorre exclusivamente no rio Atibaia, após a desativação da captação no rio Capivari devido à baixa qualidade da água. O sistema conta com quatro estações de tratamento de água, com modernizações em andamento, cerca de 100 reservatórios e aproximadamente 5.000 km de redes de distribuição. Indicou índice de perdas de 16,58% em 2025, com 557 mil economias, 407.760 ligações e cobertura de abastecimento por volta de 99,95%. No sistema de esgotamento sanitário, informou a existência de 16 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), cerca de 4.500 km de redes e duas estações produtoras de água de reuso, com previsão de ampliação. Comentou que o sistema vem passando por reestruturação, com desativação de pequenas estações e concentração do tratamento em unidades de maior capacidade, visando melhoria da qualidade dos corpos hídricos. Em seguida, apresentou o Programa de Segurança Hídrica e Garantia

do Abastecimento de Campinas, composto por quatro eixos: **i.** ampliação da reservação; **ii.** redução de perdas; **iii.** ampliação do reuso; **iv.** implantação de novos sistemas produtores. Esclareceu que a reservação foi ampliada de 73 reservatórios até 2020 para 100 em dezembro de 2025, com capacidade de 198 milhões de litros e autonomia aproximada de 20 horas de abastecimento. Informou que as ações de controle de perdas, baseadas na setorização do sistema e modernização de redes, reduziram o índice de 21,50% para 16,58%, embora ainda existem desafios. No eixo de esgotamento e qualidade ambiental, apresentou intervenções nas bacias dos rios Quilombo, Capivari e Anhumas, com reversão de efluentes para sistemas de maior porte, ampliação da Estação Produtora de Água de Reuso (Epar Capivari II) e implantação de tecnologias para remoção de nitrogênio e fósforo, com previsão de produção de aproximadamente 1.600 L/s de água de reuso. Por fim, apresentou o Sistema Produtor do Jaguari, voltado à diversificação de mananciais e fortalecimento da segurança hídrica, com captação na represa de Pedreira, adutora de aproximadamente 7 km, Estação de Tratamento de Água (ETA) 5 Jaguari e integração ao sistema Atibaia e aos reservatórios do município. Informou que o projeto se encontra em fase de estudos, aquisição de áreas e articulação institucional, com implantação modular voltada ao atendimento de cenários de crise e demandas futuras. Após a apresentação, os Srs. Gonzalo Vazquez, Flávio Forti e Eduardo Léo, e a Sra. Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV), comentaram sobre: **i.** integração entre os instrumentos de planejamento e a necessidade de diálogo entre os planos municipais e o Plano das Bacias PCJ; **ii.** impactos do crescimento urbano e do aumento das demandas sobre a disponibilidade hídrica e os sistemas de saneamento; **iii.** necessidade de definição de metas factíveis e articuladas para melhoria da qualidade dos corpos hídricos; **iv.** importância do planejamento regional e da atuação integrada entre municípios e Comitês PCJ; **v.** desafios enfrentados pelos municípios na estruturação institucional para a gestão dos recursos hídricos. Após as manifestações e contribuições dos membros, as dúvidas foram esclarecidas pela Sra.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 116ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/05/2026 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Adriana. Continuando, a Sra. Adriana reforçou a importância das ações apresentadas e a compatibilização entre os instrumentos de planejamento, a qual contribui para a maior efetividade das metas do Plano de Bacias PCJ. Ressaltou que, embora os sistemas de tratamento terciário sejam amplamente discutidos, ainda não são suficientes para o alcance das metas relacionadas à remoção de nutrientes, como nitrogênio amoniacal e fósforo, sendo necessária a adoção de outras tecnologias e alternativas de tratamento. Destacou que o planejamento constitui o principal alicerce para a sustentação dessas metas, permitindo posteriormente a execução de boas obras e sistemas de tratamento de água e esgoto. Recordou a crise hídrica de 2014 e os impactos observados na qualidade da água afluenta às estações de tratamento. Concluindo, comentou o efeito em cadeia sobre os sistemas de abastecimento e a necessidade de maior atenção ao tema da gestão integrada dos recursos hídricos. Em seguida, não havendo mais manifestações, a Sra. Raquel agradeceu a apresentação e passou ao próximo item de pauta. **7. Outros assuntos:** A Sra. Raquel questionou aos membros quantos a outros assuntos, em que não houve nenhuma manifestação. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, a Sra. Raquel Eliana Metzner, coordenadora da CT-PB, agradeceu a participação dos membros e deu por encerrada a reunião.

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora da CT-PB

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador-adjunto da CT-PB